

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**COMÉRCIO, LIBERALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: AS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA  
COMERCIAL BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO**



Pedro Guerra Marinho de Araujo

Nº de matrícula: 1810876

Orientador: Roberto Simonard

Dezembro de 2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**COMÉRCIO, LIBERALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: AS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA  
COMERCIAL BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO**



Pedro Guerra Marinho de Araujo

Nº de matrícula: 1810876

Orientador: Roberto Simonard

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Dezembro de 2022

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

## **Agradecimentos**

Ao meu professor orientador, Roberto Simonard, pelo apoio e conhecimento,

Ao professor tutor Márcio Garcia, pela paciência e generosidade,

A PUC-Rio e seus professores, pelas diversas oportunidades que me foram disponibilizadas durante a minha graduação,

A Freie Universität Berlin, pelo intercâmbio que me permitiu morar por um tempo na cidade onde eu quero viver o resto da minha vida,

Aos meus amigos, que me acompanharam a cada passo e que proporcionaram momentos inesquecíveis,

Aos meus pais, Adriana e Fabio, pelo amor incondicional.

## **Sumário**

<b>Agradecimentos</b>	<b>3</b>
<b>Tabelas e Gráficos</b>	<b>5</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>6</b>
<b>2. Comércio, Globalização e Desenvolvimento Econômico</b>	<b>8</b>
<b>3. A Abertura Comercial Brasileira (1988-94)</b>	<b>11</b>
<b>4. O Setor Produtivo Brasileiro no Contexto Globalizado</b>	<b>22</b>
<b>5. Considerações Finais</b>	<b>30</b>
<b>6. Bibliografia</b>	<b>32</b>
<b>Anexos</b>	<b>35</b>

## **Tabelas e Gráficos**

<b>Figura 1 - Política Comercial e Exposição Comercial (1987-98) .....</b>	<b>12</b>
<b>Figura 2 - Tarifas Industriais e Correlação entre Penetração de Importações Industriais e Tarifas .....</b>	<b>13</b>
<b>Figura 3 - Crescimento da Produtividade Total dos Fatores Pós Liberalização Comercial .....</b>	<b>17</b>
<b>Figura 4 - Preços Relativos dos Bens de Capital no Brasil (1990-2001) .....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 5 - Custo da Indústria de Construções (1980-2002) .....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 6 - Proporção entre Comércio e PIB em Países Seleccionados (Média 1997-2000, PPP, 1996 International US\$) .....</b>	<b>20</b>
<b>Figura 7 - Índices de Preços de Commodities Primárias no Cenário Internacional (2000-2022) .....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 8 - PIB Real da Indústria de Transformação e Grau de Industrialização (1947-2018) .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 9 - Saldo Acumulado da Balança Comercial (A Partir de 1989) .....</b>	<b>28</b>

## 1. Introdução

Desde a ocorrência da crise de 1929, o mundo testemunhou uma onda de implementação de políticas keynesianas, deixando para trás o liberalismo clássico de Adam Smith e David Ricardo. Dentre elas, no âmbito do comércio internacional, há a noção de que um país apenas conseguiria desenvolver-se economicamente, caso realizasse a prática de substituição de importações (Krueger, 1997). Somente dessa forma, diziam a maioria dos economistas da época, a indústria nacional conseguiria florescer e prosperar, o que levou muitos governos a tomarem medidas protecionistas para suas economias, como a implementação de altas tarifas de importação para produtos estrangeiros.

Entretanto, em meados dos anos 1980, houve uma mudança de posicionamento dos acadêmicos, em que a preferência pela substituição de importações foi deixada de lado, e economistas começaram a estudar evidências empíricas que mostram que há ganhos no comércio para o desenvolvimento econômico nacional. Iniciou-se, desse modo, uma onda liberalizante, em que diversos países gradualmente implementaram medidas que favoreciam o livre mercado e o comércio internacional. Esta tendência mostrou-se verdadeira não apenas em países em desenvolvimento, como Argentina, Chile, Índia e Turquia, mas em desenvolvidos também, como Estados Unidos e Canadá, que compunham a recém-criada *North Atlantic Free Trade Agreement* (NAFTA).

No Brasil, a prática de substituição de importações mostrou-se muito relevante para o processo de industrialização nacional, muito bem-sucedido até os anos 1970, seguido por um declínio posterior. A partir do ano de 1990, o governo, inicialmente sob comando do Presidente Fernando Collor de Mello e da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento Zélia Cardoso de Mello, adotou uma política unilateral de liberalização comercial moderadamente ambiciosa, acompanhada pela consolidação das tarifas máximas propostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para produtos agrícolas e industriais e pelo estabelecimento da União Aduaneira do MERCOSUL (Veiga, 2017).

O episódio da liberalização comercial brasileira é de caráter importante para a compreensão da situação econômica nacional atualmente. Ao longo de cinco anos, a tarifa de importação brasileira diminuiu de 31% para 13%, produzindo efeitos

heterogêneos sobre as economias locais do país. O contexto brasileiro é diferenciado de outras liberalizações comerciais, uma vez que caracterizou-se como um evento único, isto é, foi estabelecida uma política comercial que não foi alterada desde então, em que as tarifas de importação do país mantiveram-se aproximadamente constantes, abrindo a oportunidade de estudar os efeitos de curto e longo prazo das medidas (Dix-Carneiro e Kovak, 2018).

Esta monografia pretende delinear uma revisão teórica acerca do comércio em um mundo globalizado, trazendo uma discussão sobre a influência do nível de abertura comercial para a economia nacional como um todo. Aqui serão citadas pesquisas recentes com evidências empíricas estrangeiras, de países latino-americanos, que possuem uma formação econômica semelhante à brasileira, criando uma base analítica comparativa aos dados brasileiros. Por fim, serão mencionados artigos discutindo os impactos destas medidas na economia nacional em termos econômicos e sociais.



## 2. Comércio, Globalização e Desenvolvimento Econômico

Comércio internacional e globalização são conceitos que estão intrinsecamente conectados um ao outro. A própria definição de globalização a indica como o processo pelo qual empresas ou outras organizações desenvolvem influência internacional ou começam a operar em escala internacional (Oxford Dictionary). Essa influência é consolidada a partir da venda de produtos da firma para mercados estrangeiros, competindo com os bens nacionais.

Segundo Taylor (2002), embora ainda haja uma discussão acadêmica sobre quando deveria ser definido o início da globalização, da forma que a conhecemos hoje, as três possíveis datas possuem relação com o aumento do fluxo de comércio em escala mundial.

Krueger (1997) discorre sobre a mudança de opinião dos economistas quanto ao nível de abertura que um país. Antes da década de 1980, economistas não apontavam relação entre crescimento e política comercial, e pensava-se que a última só possuía efetividade de resultados a partir da realocação de recursos. O crescimento era visto apenas como fruto do progresso tecnológico, de cunho científico, e por acumulação de trabalho e capital. Contudo, na segunda metade da década, os economistas começaram a enxergar o progresso tecnológico como uma atividade econômica genérica, em que seria motivado pelo lucro.

Economistas liberais clássicos argumentariam que o comércio internacional acarreta diversos benefícios para os envolvidos, pois possui como consequência os chamados ganhos de comércio. Um país, na prática, não é capaz de produzir (todos os produtos) de maneira eficiente, ou seja, maximizando a produtividade e lucro da produção. Adam Smith, em seu livro *A Riqueza das Nações* (1776), reconhece o livre comércio como necessário para o crescimento econômico dos países.

Pavcnik (2002) evidencia o aumento da produtividade das indústrias, ao estudar o caso das plantas industriais chilenas, analisando os efeitos da abertura comercial do país na década de 1980 dentro do segundo setor e utilizando de meios metodológicos não utilizados anteriormente no estudo da questão. Ela conclui que o comércio liberalizado aprimorou a produtividade das indústrias, em especial dos produtores de bens

(*import-competing*), pois esses negócios reagiram competitivamente aos novos concorrentes estrangeiros. Assim, apenas as empresas mais eficientes mantiveram-se ativas após a liberalização comercial chilena, o que levou a uma maior importância e maior alocação de recursos a elas. Esse exemplo pode ser utilizado como base comparativa para o caso brasileiro, observando que se trata de duas nações em desenvolvimento que passaram por uma abertura comercial e que são localizadas geograficamente próximas uma à outra.

A liberalização comercial está intimamente relacionada ao aumento da produtividade dos trabalhadores de um país, como mostra Trefler (2004), que utiliza evidência empírica oriunda da experiência da criação da Zona de Livre Comércio entre os Estados Unidos e o Canadá. Devido ao aumento da competição das firmas, o desemprego canadense subiu para 13%, o que pode ser visto como um fator problemático no curto prazo, mas teve como consequência direta a demissão de trabalhadoras de empresas ineficientes, assim como de empregados ineficientes em firmas eficientes. Em geral, a produtividade por funcionário aumentou, o que implica em um efeito de escala positivo à produção de cada firma. Junto à abertura comercial, há um aumento de oferta de variedades de diferentes produtos, pensamento exposto por Broda e Weinstein (2006), que afirmam que os novos bens e variedade de produtos introduzidos ao mercado nacional possuem um significativo efeito sobre a economia, utilizando a influência desses fatores na economia dos Estados Unidos para o crescimento econômico do país como evidência prática.

Por outro lado, ainda que haja evidências empíricas que mostrem que existem ganhos de comércio, há diversos argumentos que se opõem a uma ideia de economia completamente aberta.

McLaren e Hakobyan (2016) expõem o primeiro empecilho causado por um comércio globalizado: há uma dificuldade significativa por parte dos trabalhadores de se restabelecerem em novos empregos, levando em consideração que os recém-desempregados após uma liberalização comercial, em geral, não possuem empregos para os quais retornar, ou devem transformar radicalmente as suas vidas pessoais para que isso seja possível. Um exemplo disso é um potencial deslocamento geográfico dos trabalhadores para áreas que não foram impactadas com a mesma

intensidade. Essa solução é factível, teoricamente, mas na realidade a taxa de desemprego natural da região mais afetada aumenta, o que corrobora com o desemprego local a longo prazo. Além disso, com a entrada de novas firmas em um setor específico, há uma saturação do próprio setor, em que há extrema dificuldade em abrir novos negócios ou em novas contratações por parte de empresas já existentes, diminuindo drasticamente a oferta de trabalho nessa determinada área. No caso, a evidência mostra que os recém-desempregados oriundos das regiões dos Estados Unidos mais impactadas pelo NAFTA, em sua maioria, não conseguiram encontrar novos empregos em tempo hábil, aumentando o número de trabalhadores ociosos em diversas áreas do país.

Um outro problema causado pela globalização é o acentuamento da desigualdade entre diversos países e suas respectivas economias ou entre duas regiões de um mesmo país. A curto prazo, utilizando o Modelo de Fatores Específicos, o país exportador acaba por se especializar em setores mais industrializados, que por sua vez, possuem preços marginais mais elevados. A margem de lucro do país mais rico é maior, o que o deixa mais rico ainda e, portanto, perpetua a desigualdade, tanto no curto prazo, quanto no longo prazo pelo efeito indireto na educação e subsequente qualificação da mão-de-obra.

### 3. A Abertura Comercial Brasileira (1988-94)

O Brasil, a exemplo de outras economias latino-americanas, experienciou uma forte liberalização comercial de 1988 a 1994. As reformas não só reduziram o nível tarifário médio de cerca de 60% em 1987 para 15% em 1998, como também alteraram a estrutura de proteção em todas as indústrias. Essas drásticas reduções tarifárias foram refletidas no aumento da penetração das importações na maioria dos setores.

Dessa forma, o país adotou uma política de substituição de importações para proteger as empresas nacionais da concorrência estrangeira até meados da década de 1980. O alto nível de tarifas e o grande número de barreiras não-tarifárias (NTBs, do inglês *non tariff barriers*) prejudicaram severamente o acesso ao bem estrangeiro no mercado brasileiro e proporcionaram altos níveis de proteção às firmas nacionais. O nível de proteção variou amplamente entre as indústrias. Por exemplo, as importações do setor mais protegido, vestuário, enfrentaram tarifas superiores a 100%, seguidas de setores como têxteis e borracha que estavam sujeitos a tarifas superiores a 80% em 1987. Isso sugere que o Brasil protegia setores relativamente pouco qualificados e de mão-de-obra intensiva.

De 1988 a 1994, no entanto, o Brasil passou por uma significativa abertura comercial, gradualmente reduzindo suas tarifas e NTBs. A liberalização procedeu em várias etapas. Na primeira onda de liberalização do comércio, em 1988 e 1989, as reformas reduziram os níveis tarifários médios de cerca de 60% em 1987 para 39% em 1989. Hay (2001) argumenta que a redução tarifária inicial de 1988-1989 não exerceu uma influência significativa para a exposição das indústrias domésticas ao aumento da concorrência estrangeira, devido à dependência contínua do país para com NTBs substanciais. Essencialmente, houve uma remoção da redundância nas tarifas.

A segunda onda aboliu praticamente todas as barreiras não-comerciais, notadamente as proibições de importação, os procedimentos de licenciamento de importações usados mais ou menos permanentemente desde a década de 1940 e os chamados regimes especiais de importação que regulavam a alocação da cobertura cambial com base em critérios discricionários e descontos tarifários. O governo Collor realizou essa abertura, com o intuito de tentar instigar melhorias de produtividade nas

empresas domésticas através do aumento da concorrência estrangeira. As reduções tarifárias graduais implementadas de 1990 a 1994 reduziram a tarifa média de 34% em 1990 para 11% em 1995.

Entretanto, o governo reverteu parcialmente essas reformas comerciais em 1995, seguindo a valorização do real que diminuiu a competitividade do setor manufatureiro e ampliou o déficit em conta corrente. Por esta razão, a tarifa média subiu apenas ligeiramente entre 1995 e 1998, de 11,2% para 15,5%. Uma outra explicação para o ajuste seria a intenção de impor disciplinas mais rígidas sobre os preços domésticos durante o período inicial de implementação do plano de estabilização do Real.

**Figura 1 – Política Comercial e Exposição Comercial (1987-98)**

Ano	Tarifas		Penetração de Importações		Exposição de Exportações	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
1987	58,8	22,8	5,7	8,6	9,7	11,2
1988	50,1	18,3	5,9	8,5	9,5	11,3
1989	39,1	16,4	6,1	8,4	9,4	11,5
1990	34,1	17,0	6,4	8,4	9,2	11,6
1991	25,2	13,3	7,6	8,6	10,9	12,4
1992	19,1	10,3	7,7	8,8	13,4	13,6
1993	14,4	7,2	8,0	8,4	13,0	13,2
1994	12,9	6,2	8,6	8,3	11,5	11,2
1995	10,9	5,7	9,8	8,1	11,0	10,8
1996	12,5	6,6	9,8	8,1	11,4	11,8
1997	12,8	7,0	10,6	8,3	11,7	12,2
1998	15,4	6,5	11,6	7,8	11,2	10,1

Fonte: Pavcnik et al. (2004)

O episódio da liberalização do comércio no Brasil oferece um excelente cenário para estudar a relação entre salários e comércio por várias razões, como nota Pavcnik et al. (2014). Podemos observar que na Figura 1 é reportada a tarifa média em 2 setores de mineração e 18 de manufatura de 1987 a 1998. A tarifa média diminuiu de 58,8% em 1987 para 15,4% em 1998. Fica evidente o caráter diversificado dos impactos das

mudanças tarifárias, levando em consideração que não houve homogeneização das reduções entre todas as indústrias. A inconsistência das medidas implementadas por cada setor significou que houve uma discrepância no modo como cada setor individual foi impactado em relação ao outro.

**Figura 2 – Tarifas Industriais e Correlação entre Penetração de Importações Industriais e Tarifas**

Nome da Indústria	Tarifa		Correlação com penetração da importação	
	1986	1998	Tarifa Atual	Tarifa Defasada
Extração de Minério	20,5	6,4	-0,88	-0,69
Extração de Petróleo	15,6	0,0	0,73	0,75
Transformação de Minério Não-Metálico	37,7	13,7	-0,66	-0,73
Aço e Produtos Metálicos	32,5	11,2	-0,44	-0,46
Maquinaria e Equipamentos	47,0	17,2	-0,80	-0,83
Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	59,8	18,8	-0,91	-0,91
Veículos de Transporte	77,1	32,5	-0,65	-0,66
Madeira e Móveis	50,0	14,0	-0,51	-0,62
Papel e Celulose	59,5	14,2	-0,61	-0,68
Produtos de Borracha	82,0	15,0	-0,74	-0,79
Química	59,9	16,3	-0,53	-0,52
Petroquímica	32,5	10,0	-0,87	-0,95
Farmacêutica	72,3	10,7	-0,83	-0,85
Plástico	36,6	18,1	-0,74	-0,82
Têxtil	85,8	19,0	-0,83	-0,89
Vestuário	102,7	22,8	-0,71	-0,79
Calçados	74,1	17,9	-0,85	-0,89
Tabaco	62,5	14,3	-0,71	-0,74
Alimentação	60,3	16,0	-0,60	-0,63
Bebidas	80,5	19,0	-0,69	-0,78

Fonte: Pavcnik et al. (2004)

A Figura 2 mostra as tarifas de cada setor no período entre 1986 e 1998. Ela reflete os efeitos que declínios nas tarifas diferiram entre as indústrias, e que a dispersão de tarifas foi significativamente reduzida. A mudança na estrutura de proteção é refletida relativamente pouco ano a ano pelas correlações das tarifas da indústria de 1987 a 1998.

Por exemplo, o coeficiente de correlação entre as tarifas em 1987, um ano antes das reformas do comércio, e as tarifas em 1989 são 0,81. A correlação entre as tarifas de 1987 e de 1995, o ano após a conclusão das maiores reformas, caiu para 0,6.

As mudanças no ambiente de negociação do Brasil foram espelhadas no aumento da penetração das importações (definida como importações / (produto + importações líquidas)) e exposição a exportações (definida como exportações/ produção), reportadas na Figura 1. A penetração média das importações aumentou de 5,7% em 1987 para 11,6% em 1998. A razão exportação / produção aumentou de 9,7% para 11,2% em 1998.

Enquanto a penetração das importações quase duplicou durante este período, vale a pena notar que a penetração de importações no Brasil continua relativamente baixa quando comparada a um país como a Colômbia, que se liberalizou durante o mesmo período. Essa diferença poderia ser atribuída ao grande tamanho do Brasil em relação a um país como a Colômbia. Além disso, a variação da penetração das importações entre os diferentes setores foi considerável. Indústrias com os maiores surtos de penetração de importações são vestuário, transporte, têxtil, maquinário, eletrônica e farmacêutica. Essas são também as indústrias que experimentaram grandes declínios tarifários. Finalmente, a Figura 2 lista a correlação entre penetração e tarifas de importação (bem como tarifas defasadas) em várias indústrias. Não é novidade que importações e tarifas são negativamente correlacionadas (a extração de petróleo é uma exceção). A correlação entre as importações da indústria e as tarifas da indústria ao longo do tempo varia de -0.4 em aço para -0.9 em elétrica e equipamentos eletrônicos. Essencialmente, a correlação entre a penetração de importações e as tarifas defasadas leva a aumentos gerais em valor absoluto (Pavcnik et al., 2004).

Ao analisar o impacto do aumento do grau de abertura comercial no país como um todo, deve-se olhar os dados relativos ao mercado de trabalho, uma vez que o trabalho é o fator de produção que inequivocamente será afetado, devido a mudanças estruturais do mercado de bens e serviços, com a recém-chegada concorrência estrangeira.

Nesse tópico, Pavcnik et al. (2004) ainda explora a relação entre política comercial e prêmios salariais do setor industrial nas décadas de 1980 e 1990, no curto prazo, evidenciando que há uma relativa estabilidade dos prêmios sobre o tempo,

considerando a abertura comercial. Não há relação estatística entre mudanças de política comercial e mudanças de prêmios salariais da indústria nacional e, ademais, não existe uma relação entre redução de tarifas e mudanças nos prêmios de habilidade específica na indústria. No caso brasileiro, não há evidências de que as reduções tarifárias afetaram os salários dos trabalhadores a partir de suas filiações industriais ou que elas corroboraram para um aumento da desigualdade entre trabalhadores qualificados e não-qualificados por meio deste canal.

Aqueles que se opõem à globalização apontam que as reduções tarifárias levam os trabalhadores dos setores anteriormente protegidos a se tornarem mais pobres, causando efetivamente uma “corrida para o fundo” (*“race to the bottom”*) dos salários. Como é evidenciado por Revenga (1997), no caso do exemplo mexicano, as reduções das tarifas levaram a uma diminuição do prêmio salarial do setor industrial. Contudo, o caso brasileiro mostra que a abertura comercial não teve como consequência necessariamente a redução dos salários por meio da diminuição dos prêmios, no curto prazo.

Enquanto não há nenhuma evidência de que declínios drásticos das tarifas tenham piorado a desigualdade através de mudanças na estrutura dos prêmios salariais, os prêmios variam muito entre os setores industriais brasileiros, respondendo por 4 a 6% do explicou variação no log de salários por hora (Pavcnik et al, 2004). Além disso, podemos observar no Anexo A que os prêmios salariais da indústria são menores setores com altas participações de trabalhadores não qualificados. Isso parece sugerir que os trabalhadores não qualificados ganham salários relativamente baixos, não só devido ao crescente prêmio de qualificação em toda a economia, mas também porque eles são empregados desproporcionalmente mais em indústrias com baixos prêmios salariais. Como é o caso do prêmio crescente, essa fonte de desigualdade poderia potencialmente ser abordada através de políticas do mercado de trabalho, tais como salários mínimos e programas de seguridade social, além de melhorar o acesso à educação.

Menezes-Filho e Muendler (2011) revelam por meio de regressões econométricas que, contrastando a descoberta comum de que as ações de produção são realocadas para mais produtivas empresas após a reforma do comércio, com evidências diretas sobre as trajetórias individuais dos trabalhadores no mercado de trabalho. Dados abrangentes da



relação empregador-empregado vinculados para o Brasil revelam que as reduções de tarifas de produtos induzem deslocamentos especialmente de exportadores e empregadores em setores de vantagem comparativa, e as reduções tarifárias de produtos diminuem substancialmente as taxas de contratação. O processo de realocação lento resulta em recursos substanciais mais ociosos, que se observa através de realocações mais frequentes e períodos mais longos de realocações completas. Uma explicação consistente destas mudanças econômicas observadas é que a reforma do comércio instila o crescimento da produtividade nas empresas sobreviventes, especialmente exportadores e em setores de vantagem comparativa.

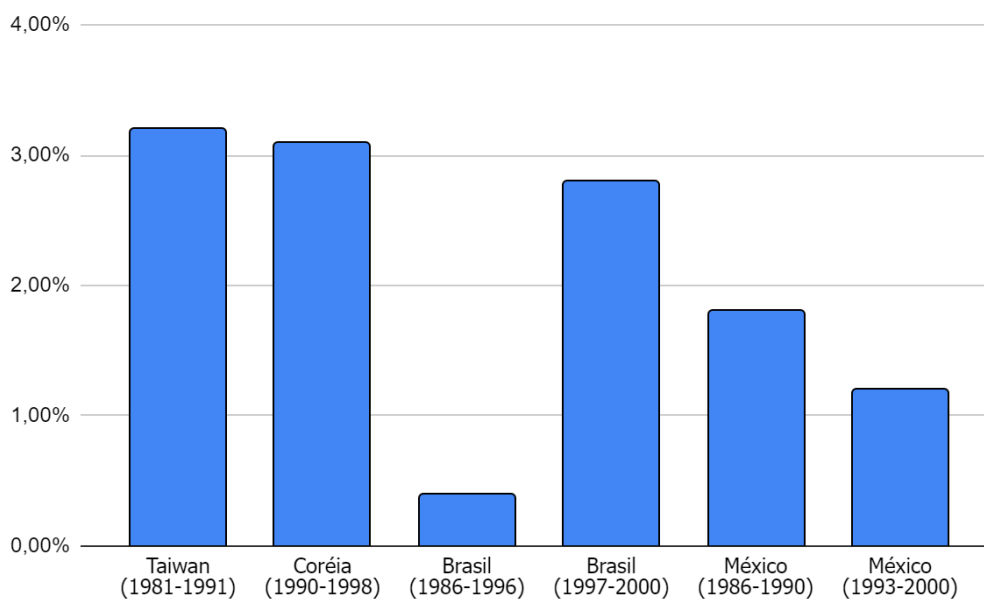
Ganhos de comércio se acumulam mesmo na ausência de realocação do fator, através do acesso a variedades a preços globais. Alguns desses ganhos se dissipam, no entanto, através de custos de recursos ociosos resultantes por longos períodos. No Brasil, falhas mais frequentes em realocações de trabalhadores no setor formal e transições mais frequentes fora da formalidade após as reformas comerciais contribuíram substancialmente para a desaceleração da atividade econômica agregada. A evidência do Brasil sugere que a resposta do mercado de trabalho à reforma comercial depende de vários fatores concomitantes, entre eles a força de mudança de produtividade no nível da empresa em resposta à concorrência estrangeira e acesso a insumos estrangeiros, elasticidades de demanda no mercado de produtos e instituições do mercado de trabalho.

Gonzaga et al. (2006), utilizando de equações econométricas independentes e de dados desagregados, primeiramente, evidencia que a liberalização comercial do país teve como consequência o deslocamento dos trabalhadores de setores qualificados para menos qualificados, e que cada setor aumentou sua participação relativa de trabalho qualificado. Em segundo lugar, há evidência que os preços relativos caíram em setores intensivos em habilidades, e que as reduções dos preços, ajustadas pela penetração das importações, eram maiores nesses setores.

Além disso, os preços e as tarifas eram positivamente correlacionados, mas o impacto das mudanças nos preços foi maior nos setores com maior penetração das importações. O declínio nos diferenciais de salários qualificados, determinado pela variação de preços prevista pelo comércio, permitindo coeficientes de repasse diferenciados entre setores, foi ainda maior do que o observado. Em suma, todas as

etapas do mecanismo de transmissão do comércio foram testadas e os resultados são compatíveis com a liberalização do comércio, levando em consideração as relativas variações observadas nos lucros no Brasil.

**Figura 3 – Crescimento da Produtividade Total dos Fatores Pós Liberalização Comercial**

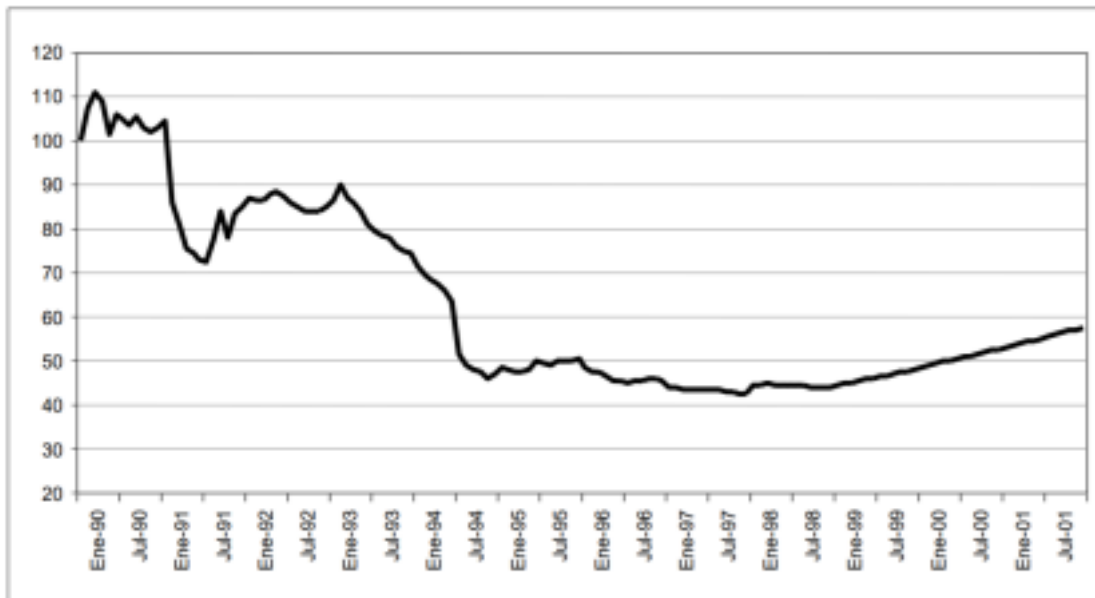


Fonte: Moreira (2004)

Moreira (2004) analisa as consequências da liberalização comercial, no que tange à produtividade dos trabalhadores no Brasil durante e após o período de abertura comercial. Entre 1986 e 1998, período em que foram reduzidas tarifas e até houve um certo aumento delas posteriormente, há evidência de que o aumento da produtividade no curto prazo foi muito baixo, não passando dos 0,5%, como mostra a Figura 3. Contudo, houve um significativo aumento da produtividade em período notavelmente menor, de 1997 a 2000, em que os índices brasileiros chegaram a passar os mexicanos pós-implementação do NAFTA. Isso mostra que, a médio prazo, as reduções tarifárias ocasionaram em um aumento da produtividade no Brasil, seguindo exatamente o que indicaria a teoria econômica. Os índices brasileiros relativos à produtividade, portanto, se equivalem àqueles mostrados por países do Leste Asiático, como é mostrado a partir

dos exemplos coreano e taiwanês na Figura 3, ainda que, no geral, o crescimento destes países estrangeiros tenha sido muito maior.

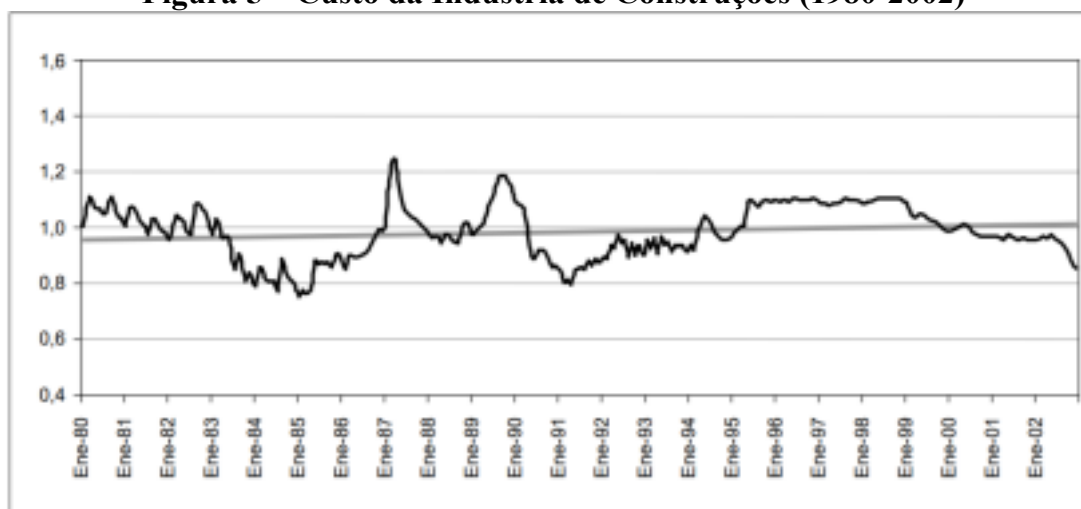
**Figura 4 – Preços Relativos dos Bens de Capital no Brasil (1990-2001)**



Note: Based on data from the wholesale price index (IPA) and general price index (IGP-OG), Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Moreira (2004)

Ao contrário do que diz respeito à relação entre abertura comercial e produtividade, não há uma quantidade robusta de teoria econômica que aborda a relação entre a liberalização comercial e mudanças no investimento. Como maquinaria e equipamento são bens comercializáveis, após a liberalização comercial, seus preços reduziram, como mostra a Figura 4, reduzindo o custo total do investimento no Brasil e implicando em um aumento do crescimento econômico.

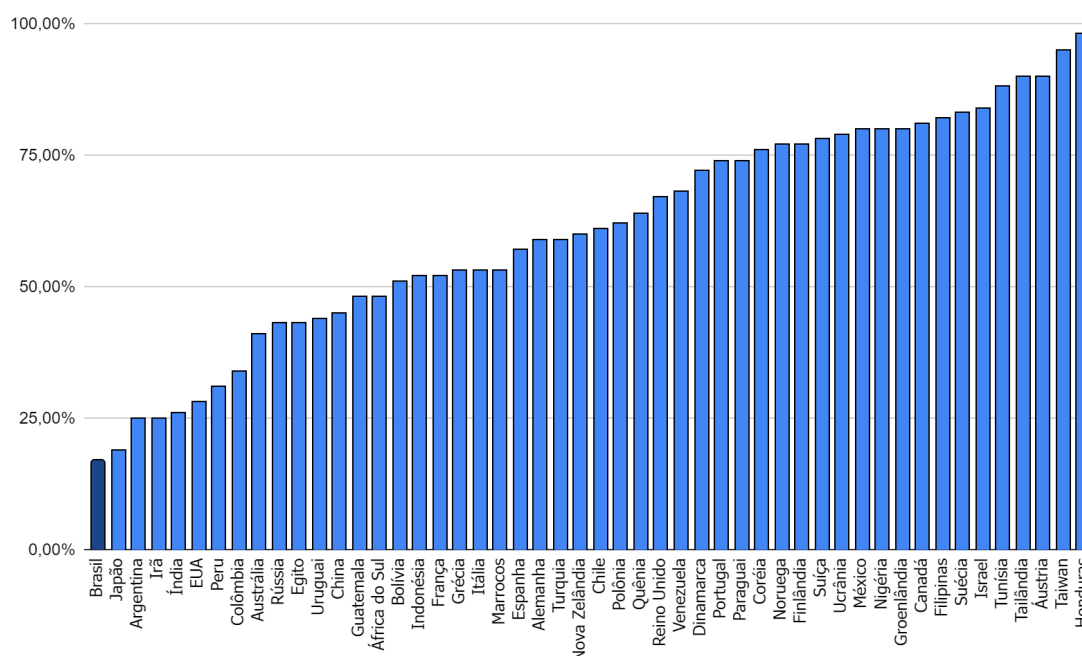
**Figura 5 – Custo da Indústria de Construções (1980-2002)**

Note: \* INCC-FGV deflated by the IGP-DI. Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Moreira (2004)

Seguindo esta lógica, deveria ter havido altos retornos da liberalização a partir do investimento, mas, ao se virar para os dados, podemos analisar ganhos modestos, como no exemplo de Paiva Abreu (2003), em que ele estima que o preço relativo do investimento caiu apenas em 3% no período de 1990 a 1999. A discrepância está relacionada com a performance da indústria de construções, que produz bens não-comercializáveis e forma aproximadamente dois terços do investimento total brasileiro. De fato, ao analisar a Figura 5, podemos enxergar que houve uma oscilação do custo do setor de construções aos índices do início da década de 1980, e se houver algum padrão, ele é positivamente inclinado, com tendência suave. Além disso, diversos outros fatores impactam o investimento, principalmente ligados ao ambiente macroeconômico caótico que se dava no período, em que variáveis como inflação, câmbio e taxa de juros acabaram por minimizar os efeitos positivos da liberalização comercial. Mesmo após a estabilização do Real, o ambiente institucional brasileiro não era necessariamente favorável aos investidores. (Moreira, 2004) 9

**Figura 6 – Proporção entre Comércio e PIB em Países Seleccionados (Média 1997-2000, PPP, 1996 International US\$)**



Fonte: Moreira (2004)

Analisando por um outro ponto de vista, pode-se perceber que a abertura comercial que ocorreu no Brasil se deu em um grau substancialmente mais reduzido em comparação com outros países. A Figura 6 mostra a razão entre comércio e PIB de cada país, e a posição brasileira evidencia um grau de abertura pequeno, medido em PPP no período de 1997-2000. Moreira (2004) calcula a variação da quantidade de importações e exportações brasileiras, e os resultados mostram que, ainda que significativo, o aumento não foi abrupto, mas se deu suavemente. Portanto, o Brasil possui o seu próprio grau de abertura comercial como limitação para a política comercial e, principalmente, para ganhos expressivos de comércio. O nível de abertura brasileiro é muito abaixo do esperado para um país com seu status geoeconômico, e são esperadas reformas comerciais para que o país usufrua da dinâmica comercial com maximização de ganhos.

Finalmente, quanto à possibilidade operacional de efetiva política comercial, podemos analisar tanto o lado das exportações quanto o das importações. Primeiramente, um ambiente macroeconômico estável é um fator que imprescindivelmente faz falta na composição quantitativa das exportações brasileiras, em que haja espaço para

crescimento ainda maior da produtividade dos trabalhadores brasileiros. Por outro lado, as importações sofrem com as barreiras ainda relativamente altas, pois, ainda que haja uma abertura maior hoje do que nos anos 1980, a estrutura de proteção persiste no mercado brasileiro. Moreira (2014) analisa um exemplo deste problema, a partir das tarifas dos bens de capital. Enquanto os países asiáticos, como China, Tailândia e Coreia possuíam tarifas inferiores a 6%, o Brasil possuía uma tarifa de quase 12%, em 2002. Claramente, podemos perceber que o crescimento é afetado através do investimento. Ainda que essa análise seja de 2002, que não necessariamente aborda a questão como atual, as tarifas não sofreram grandes reduções ou aumentos posteriormente, levando a uma estabilização delas. Portanto, o Brasil deve aumentar tanto as exportações quanto importações, em critério quantitativo, buscando reduzir as tarifas ainda mais para haver maiores ganhos no comércio com outros países.

## **4. O Setor Produtivo Brasileiro no Contexto Globalizado**

Para compreender os efeitos da abertura comercial a médio prazo, é necessário observar os resultados das medidas dentro das indústrias brasileiras após o período de liberalização. Naturalmente, seria esperado o crescimento geral da competitividade em relação à economia mais fechada, levando a um aumento de eficiência de algumas empresas nacionais e à redução significativa da escala da operação, ou até ao fechamento, de outras. Foi o que ocorreu, na prática, nos setores do agronegócio e da indústria de transformação, respectivamente.

Do final dos anos 1990 até meados da década de 2000, houve uma consolidação do cenário internacional globalizado que se mantém até hoje. A partir desse fenômeno, as economias dos países tornaram-se simultaneamente interconectados e interdependentes, de forma que um novo foco foi dado a políticas comerciais e ao comércio bilateral e multilateral. Os países também se encontram na obrigação de adaptar suas fontes de receita para gerar o maior lucro possível para os cofres públicos, de forma que o Brasil serve como um dos exemplos, pela mudança entre o foco das décadas anterior na industrialização maciça para um novo momento, em que o governo decidiu oferecer seu apoio à expansão do agronegócio como o futuro da produção rural brasileira e à contribuição desse modelo de negócios para o aumento da capacidade produtiva da agropecuária nacional.

Dessa maneira, se faz necessária a análise dos efeitos da abertura comercial assim como os impactos da globalização nos setores econômicos brasileiros. Por um lado, internacionalmente, esse período foi marcado pela influência global do progresso tecnológico chinês e os efeitos desse processo nos setores produtivos brasileiros. Por outro, nacionalmente, a conjuntura macroeconômica conturbada impactou a capacidade de muitas empresas de conseguir competir, após a liberalização, tanto no mercado doméstico quanto na exportação para mercados estrangeiros. Assim, o governo brasileiro, após 2002, decidiu focar esforços diplomáticos e econômicos para melhorar a posição dos produtores no contexto globalizado a partir da participação em acordos comerciais com base em discussões geradas por fóruns internacionais de comércio, como a Rodada Doha da OMC, ou por esforços de integração econômica regional, sendo um

exemplo a assinatura do Tratado de Assunção que criou o Mercosul.

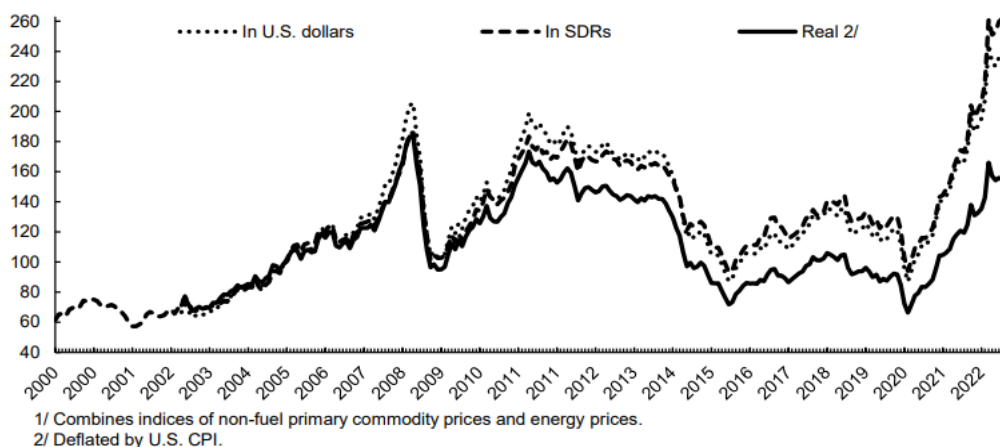
#### **4.1. O Crescimento do Agronegócio**

Até o final da década de 1980, o setor agrícola brasileiro era composto majoritariamente por produtos tradicionais, como café, cacau e açúcar. Os agricultores se posicionaram como um dos grupos com maiores ressalvas acerca da liberalização comercial, em que eles temiam a competitividade de exportadores agrícolas estrangeiros, uma vez que nem os produtos nem o escopo das operações justificaria uma expectativa de sucesso na entrada em novos mercados ou na adaptação de um mercado interno mais aberto. Esse medo, pautado em justificativas razoavelmente válidas, levou os agricultores a buscarem avidamente medidas protecionistas para o setor (IPEA, 2022). Contudo, após o processo de abertura comercial, o setor agropecuário acabou se beneficiando das reduções de tarifas sobre máquinas, insumos e matéria-prima, o que acarretou em um aumento de produtividade e no começo de uma maior presença internacional.

No período após a liberalização, as principais empresas estrangeiras de commodities, conhecidas pelo acrônimo ABCD, se aproveitaram da oportunidade de movimento maciço de capital transnacional no Brasil para se inserirem diretamente no mercado sul-americano a partir de operações de fusão e aquisição de firmas locais, com estrutura de produção pré-existente (Oliveira e Schneider, 2016). A partir dessas transações eficientes, as companhias puderam não apenas entrar no mercado brasileiro, mas já instantaneamente alargar suas capacidades produtivas com base na construção e aprimoramento de infraestrutura e conectividade com meios de transporte, o que possibilitou um maior grau de eficácia das cadeias de valor e de distribuição da soja internacionalmente. Após esse começo dominado pela chegada das empresas estrangeiras, novos produtores nacionais cresceram, acompanhando o sucesso do setor agrícola dentro da economia brasileira.



**Figura 7 – Índices de Preços de Commodities Primárias no Cenário Internacional (2000-2022)**



Fonte: Fundo Monetário Internacional

Como se faz evidente na Figura 7, o nível de preços das commodities no mercado internacional subiu consideravelmente desde o início do século XX. Entre 2001 e 2008, os preços cresceram para um patamar aproximadamente três vezes maior, de forma que essa valorização das commodities levou a um aumento de receita por parte de agricultores, ampliando o boom do agronegócio no ambiente nacional e solidificando o setor como um dos mais vantajosos de se investir.

Um fator que ajudou a consolidação de um setor agrícola voltado para a exportação foi o surgimento da China como potencial importador maciço de commodities brasileiras. O aprofundamento dessa relação bilateral a partir do crescimento da manufatura chinesa proporcionou um choque positivo de demanda aos agricultores brasileiros, facilitando esforços para o aumento de produtividade e para que o setor do agronegócio de vez se tornasse orientado à exportação (IPEA, 2022). Dessa forma, o crescimento da demanda resultou em tentativas de aumentar a oferta para que a receita agrícola fosse maximizada a partir dos altos preços das commodities, que resultaram em diferentes melhorias e inovações.

A inovação tecnológica agrária foi essencial para o desenvolvimento de um setor agropecuário voltado à exportação. Em primeiro lugar, houve uma melhora generalizada das máquinas agrícolas, fato que exponencialmente aumentou a capacidade de produção do setor e permitiu que as grandes quantidades demandadas de commodities pela comunidade internacional fossem cumpridas. O aumento do nível de automação dos processos agrícolas possibilitou maior produtividade e eficiência das diferentes etapas de produção.

Além disso, uma inovação importante se mostrou fundamental para o crescimento do agronegócio: o melhoramento genético. O solo e clima do país não são naturalmente aptos para a plantação de soja, levando em consideração que é uma planta autenticamente cultivada em climas temperados. A partir da pesquisa e da inovação, as sementes de soja foram geneticamente alteradas para que elas pudessem ser cultivadas sob diferentes parâmetros naturais buscando minimizar problemas na colheita e no uso do solo. A aprimoração dessa tecnologia possibilitou a expansão da produção agrícola, particularmente de soja, em regiões do país que são menos naturalmente aptas ao seu cultivo, como diversas áreas do Centro-Oeste.

Portanto, houve uma rápida expansão do setor da agropecuária no Brasil após a liberalização comercial, impulsionada ainda mais pelo aumento do nível mundial de preços das commodities, pela estabilização de uma alta demanda proporcionada principalmente pela China, e pelos grandes avanços da tecnologia agrícola por meio de pesquisa e inovação. A partir desses fatores, o agronegócio no Brasil floresceu e garantiu a capacidade do Brasil de ser um país exportador.

## **4.2. A Queda da Participação Industrial no PIB**

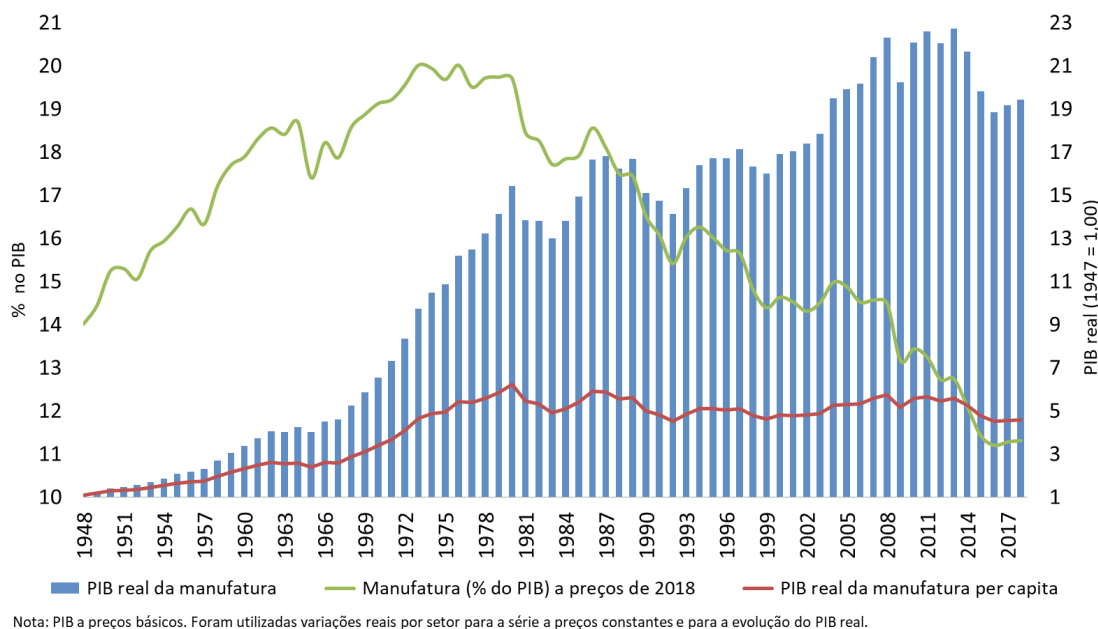
Um dos maiores problemas foi a redução da competitividade do setor manufatureiro em relação às companhias internacionais que aumentaram suas operações no Brasil após a abertura comercial.

Ainda que tenha sido submetida a mudanças a partir das reformas dos anos 1990, a indústria de transformação brasileira continuou sendo uma das mais protegidas em termos tarifários, em especial devido à sua própria influência no ambiente político nacional. Podemos observar esse fenômeno na Figura 2, que mostra a média das tarifas dos produtos industrializados no Brasil. É evidente que embora a redução das tarifas tenha sido significativa em relação à década anterior, taxas que oscilam entre 10 e 15% ainda são consideradas altas para os padrões do comércio internacional globalizado. Dessa forma, houve a conservação de um nível considerável de protecionismo na indústria de transformação, em especial nos setores de automóveis, de máquinas, de eletrônicos e de aviões.

O cenário macroeconômico tampouco se mostrou adequado para as indústrias exportadoras. Nos primeiros anos após a liberalização comercial, o real estava valorizado, de forma que o câmbio tornou as exportações brasileiras mais caras. Além disso, as altas taxas de juros da época, causadas por uma política monetária restritiva e antiinflacionária, amplificaram o custo de financiamento das empresas, restringindo a capacidade de competir no mercado externo. (Ulhôa et al., 2021).

Nesse sentido, a conclusão à qual podemos chegar é que as variáveis macroeconômicas ativamente prejudicavam a indústria, uma vez que não houve um esforço para a criação e consolidação de uma política industrial que encorajasse a produção manufatureira. De fato, entre 1995 e 2002, as preocupações eram voltadas para os problemas da Dívida Pública e da estabilidade monetária, principais focos do desenho da política econômica durante esse período. Dessa maneira, Ulhôa et al. (2021) argumenta que “não houve qualquer arcabouço institucional que definisse prioridades e/ou metas para a política industrial, donde se sugere que a coordenação e orientação da atividade industrial e quanto à inserção externa dar-se-ia por parâmetros de mercados”, uma falta de centralização que atrapalhou o desenvolvimento da indústria nesses anos.

**Figura 8 – PIB Real da Indústria de Transformação e Grau de Industrialização (1947-2018)**



Fonte: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

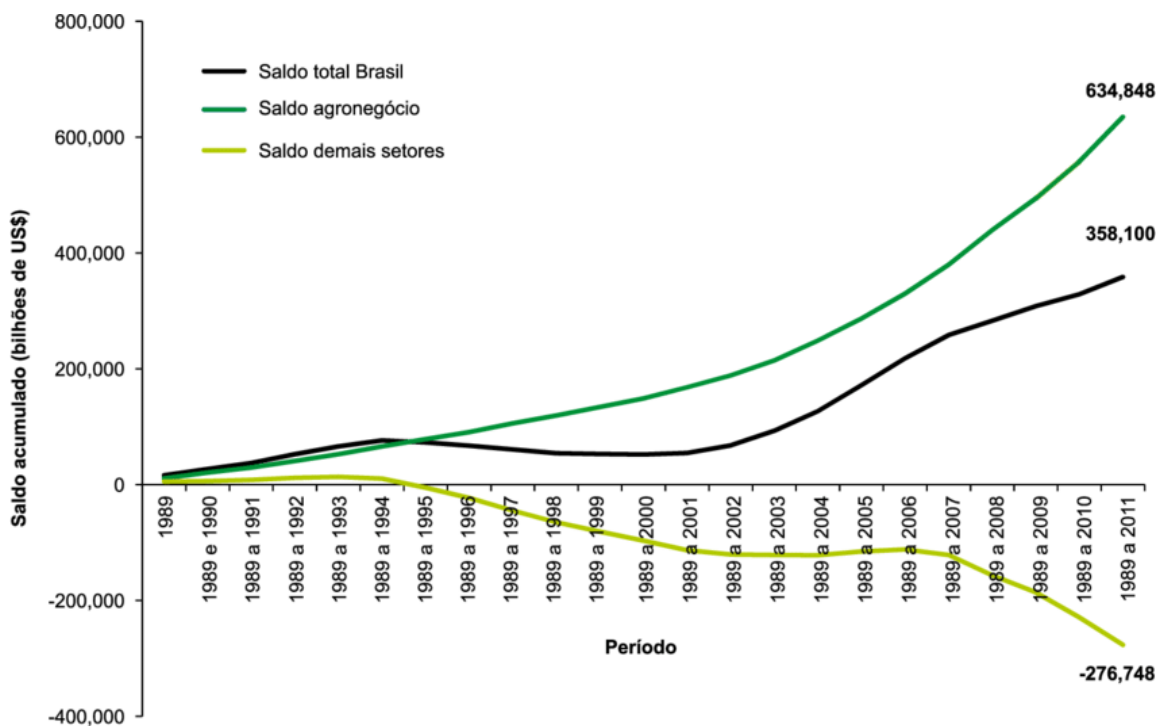
Como podemos contemplar na Figura 8, embora não tenha ocorrido uma queda do PIB Industrial em termos absolutos, esse crescimento não é observado quando avaliamos o PIB Industrial per capita, que se manteve moderadamente estável. Por outro lado, há uma redução inegável e significativa da participação da manufatura no PIB, demonstrando que houve um crescimento econômico nacional a uma taxa mais acelerada do que a indústria de transformação foi capaz de crescer. Assim, podemos inferir que houve uma contração do nível de competitividade da indústria brasileira, em que empresas brasileiras não se mostraram aptas para competir com as firmas estrangeiras.

Dessa maneira, em claro contraste com o crescimento do setor agrícola, o Brasil experienciou um período de desindustrialização após a abertura comercial, demonstrado pela redução do PIB Industrial per capita assim como da participação da indústria no PIB. Poderia ser argumentado que essa piora foi consequência direta da manutenção de tarifas protecionistas para os produtos industrializados brasileiros. Contudo, é inquestionável que o cenário internacional da manufatura sofreu uma alteração drástica devido à ascensão da China como potência industrial na esfera global, enquanto no

cenário nacional o momento não era propício para a exportação industrial.

### 4.3. Efeitos na Balança Comercial e na Integração Econômica Regional

**Figura 9 – Saldo Acumulado da Balança Comercial (A Partir de 1989)**



Fonte: Contini et al. (2012)

Considerado a dualidade formada entre a alta competitividade causada pela expansão global do agronegócio e sua redução devido à queda do PIB Industrial per capita, se faz interessante analisar as tendências da balança comercial brasileira como um todo no período após a abertura comercial. Podemos observar na Figura 9, que nos mostra o saldo acumulado da balança comercial a partir de 1989, que o agronegócio foi o setor que mais contribuiu para que a balança comercial brasileira se mantivesse positiva. Na realidade, é evidente que o saldo agregado dos outros setores, que são compostos inclusive pelas indústrias de transformação, é negativo, uma vez que a importação desses produtos é alta.

Esse gráfico reflete a realidade de que no século XXI o agronegócio emergiu

como um setor com massivo potencial exportador, enquanto os outros setores da economia brasileira dependem da produção de empresas estrangeiras. Assim, a figura mostra que, até 2011, o nível de exportações agrícolas era alto o suficiente para que apenas o saldo positivo do setor agrícola garanta uma balança comercial positiva no país, em termos acumulados.

Com o objetivo de aprimorar a posição dos produtores e exercer maior influência econômica regionalmente, o Brasil adotou uma estratégia pró-ativa de defender os interesses do setor agrícola em fóruns regionais e internacionais. Na Organização Mundial do Comércio, na Rodada de Doha, ou nas discussões envolvendo a ALCA, proposta estadunidense de integração econômica regional que consistia na Área de Livre Comércio das Américas, o Brasil assertivamente declarou que defenderia os interesses do agronegócio, o que, pelo menos no caso da ALCA, foi um empecilho que acabou por ser um dos fatores do projeto não ter sucedido.

Importante notar também o papel central que o Brasil exerce no Mercosul em termos políticos e econômicos, alavancando oportunidades de cooperação com organizações de outros blocos como a União Europeia, que importa uma grande quantidade dos produtos agropecuários brasileiros. Além disso, através do Mercosul os outros setores também são beneficiados, uma vez que possuem incentivos para exportar seus produtos para os países mais próximos.

## 5. Considerações Finais

Ao analisar o processo de liberalização comercial brasileiro, é evidente que as consequências dessas medidas não seguiram exatamente aquelas experienciadas por países semelhantes, como México e Colômbia. Não houve um aumento abrupto do crescimento econômico nacional, em comparação com o esperado pela teoria econômica ou pela experiência de outras nações que passaram por essa situação.

Em primeiro lugar, em relação ao mercado de trabalho, podemos observar um processo lento de realocação dos trabalhadores, após a liberalização comercial, o que resultou em recursos substanciais mais ociosos. Além disso, o caso brasileiro mostra que a abertura comercial não terá como consequência necessariamente a redução dos salários por meio da diminuição dos prêmios salariais, no curto prazo. Contudo, houve o deslocamento de trabalhadores de áreas mais qualificadas para áreas menos qualificadas, e esta última aumentou a sua produtividade, assim como os setores de vantagem comparativa, como por exemplo no agronegócio.

Além disso, podemos olhar a elevação da produtividade como um fenômeno que implica no crescimento econômico nacional, e isso de fato ocorreu no Brasil, ainda que tenha sido contrabalanceado por um grau reduzido de investimento. É importante ressaltar também que há limitações para os efeitos da liberalização comercial no caso brasileiro no que tange a implicações positivas no crescimento, como o grau relativamente baixo de abertura comercial após 1997.

No que diz respeito ao impacto dessa reforma nos setores agrícola e industrial, temos que a abertura comercial aumentou a competitividade do agronegócio, enquanto reduziu a participação da indústria no PIB. O contexto mundial globalizado serviu para acentuar ainda mais essa diferença, uma vez que houve um aumento de demanda global por commodities, que levaram a um crescimento geral dos preços dos produtos oriundos do agronegócio. Esse resultado é indicativo da mudança das dinâmicas internas da economia do país, em que a indústria de transformação, já considerada a chave para o desenvolvimento nacional, perdeu espaço para o setor agrícola.

Portanto, pode ser argumentado que para o Brasil se beneficiar integralmente dos ganhos do comércio, ele deverá realizar novas reformas liberalizantes e reduções

tarifárias, uma vez que o impacto das medidas dos anos 1990 foi positivo, ainda que abaixo do esperado. De qualquer forma, o contexto atual já se diferencia de quando o processo de abertura comercial foi realizado, uma vez que o Brasil se tornou referência global na produção e exportação de commodities.



## 6. Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva; **Trade Liberalization and Political Economy in Brazil since 1987**. Buenos Aires: Institute for the Integration of Latin America and the Caribbean, 2004.

BARRO, Robert; LEE, Jong-Wha. **Losers and Winners in Economic Growth**. Washington, D.C.: The World Bank Economic Review, v. 7, p. 267-298, 1993.

BAUMANN, Renato. **Globalização, desglobalização e o Brasil**. Brazilian Journal of Political Economy, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 592-618, 2022.

BRODA, Christian; WEINSTEIN, David. **Globalization and the Gains From Variety**. Cambridge: Quarterly Journal of Economics, v. 121, p. 541-585, 2006.

CONTINI, Elisio; PENA JÚNIOR, Marcos; SANTANA, Carlos; MARTHA, Geraldo. **Exportações: Motor do agronegócio brasileiro**. 2012.

DIX-CARNEIRO, Rafael. **Trade and Labor Market Adjustment: Recent Evidence from Brazil**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2018.

GONZAGA, Gustavo; MENEZES-FILHO, Naércio; TERRA, Cristina. **Trade Liberalization and the Evolution of Skill Earning Differentials in Brazil**. 2006.

FLEXOR, George. **Commodities boom and the political economy of land in Brazil (2003-2013)**. 2006.

FONTES, Luis Felipe Campos; STELLA, Milton André. **O Brasil no Mercosul: Integração Comercial Brasileira com o Bloco Sul-Americano**. Curitiba: Revista de Economia (UFPR), 2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.  
<https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices> . Acessado em 16 nov 2022.

KRUEGER, Anne Osborn. **Trade Policy and Economic Development: How We Learn**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1997.

KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony. **Globalization and the Inequality of Nations**. Cambridge: Quarterly Journal of Economics, v. 110, n. 4, p. 857-880, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **The Political Economy Of Trade Policy In Brazil**. 2018.  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9529/1/The\\_political\\_economy\\_of\\_trade\\_policy\\_in\\_brazil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9529/1/The_political_economy_of_trade_policy_in_brazil.pdf) Acesso em 17 nov 2022.

MARANHÃO, Rebecca Lima Albuquerque; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro**. Brasília: Texto para Discussão, No. 2249, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

MCLAREN, John; HAKOBYAN, Shushanik. **Looking for Local Labor Market Effects of NAFTA**. Cambridge: The Review of Economics and Statistics, MIT Press, v. 98, n. 4, p. 728-741, 2010.

MENEZES-FILHO, Naércio; MUENDLER, Marc-Andreas. **Labor Reallocation in Response to Trade Reform**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2011.

MORCEIRO, Paulo; GUILHOTO, Joaquim. **O perfil setorial do retrocesso da indústria brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Carta IEDI, e. 920, 2019.

MOREIRA, Mauricio Mesquita; **Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has It Failed?** Buenos Aires: Institute for the Integration of Latin America and the Caribbean, 2004.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.; SCHNEIDER, Mindi. **The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring**. Londres: The Journal of Peasant Studies, v. 43, n. 1, p. 167–194, 2015

OLIVEIRA, Sara Brolhato de. **Firm dynamics in Brazil: trade shocks, resource misallocation and life cycle growth**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2018.

PAVCNIK, Nina. **Trade Liberalization, Exit, and Productivity Improvements:**

**Evidence from Chilean Plants.** 2002.

PAVCNIK, Nina; BLOM, Andreas; GOLDBERG, Pínelopi; SCHADY, Norbert. **Trade Liberalization and Industry Wage Structure: Evidence from Brazil.** Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2004.

REVENGA, Ana. **Employment and Wage Effects of Trade Liberalization: The Case of Mexican Manufacturing.** Chicago: Journal of Labor Economics, University of Chicago Press, v. 15, n. 3, p. 20-43, 1997.

ULHÔA, W. M. M.; BOTELHO, M. dos R. A.; AVELLAR, A. P. M. de. **Política Industrial no Brasil nos Anos 2000: Uma Análise sob a Perspectiva da Execução Orçamentária da União.** Planejamento e Políticas Públicas, [S. l], n. 53, 2021.

TAYLOR, Alan. **Globalization, Trade, and Development: Some Lessons From History.** Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2002.

TREFLER, Daniel. **The Long and Short of the Canada-U.S. Free Trade Agreement.**

VEIGA, Pedro da Motta. **Trade Liberalization in Brazil: When and How?** Houston: Rice University's Baker Institute for Public Policy, 2017.

VEIGA, Pedro da Motta. **Anos 90: as transformações na indústria e as exportações brasileiras.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 60, 1999.

## Anexos

### A. Prêmios Salariais no Setor Industrial

	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98
Mineral Extraction	.238 (.023)	.216 (.024)	.115 (.027)	.109 (.028)	.142 (.026)	.189 (.029)	.166 (.030)	.164 (.031)	.037 (.032)	.178 (.029)	.269 (.030)	.146 (.042)
Oil Extraction	.092 (.019)	.003 (.020)	.036 (.025)	.071 (.026)	.102 (.026)	.085 (.026)	.089 (.030)	.048 (.030)	.014 (.030)	.079 (.031)	.094 (.029)	.124 (.044)
Non-metallic Mineral Transformation	-.137 (.010)	-.096 (.011)	-.083 (.012)	-.155 (.012)	-.135 (.012)	-.090 (.013)	-.118 (.014)	-.128 (.014)	-.115 (.014)	-.106 (.014)	-.077 (.015)	-.135 (.021)
Metalic Products and Steel	.021 (.005)	.021 (.006)	.027 (.006)	.022 (.007)	.012 (.006)	.022 (.007)	.001 (.007)	.010 (.007)	.016 (.007)	-.010 (.007)	-.009 (.007)	.001 (.010)
Machinery and Equipment	.129 (.008)	.114 (.009)	.083 (.010)	.141 (.011)	.110 (.011)	.111 (.012)	.093 (.013)	.095 (.014)	.103 (.012)	.136 (.013)	.091 (.013)	.149 (.019)
Electrical and Electronic Equipment	.051 (.009)	.095 (.010)	.105 (.011)	.062 (.011)	.085 (.011)	.089 (.014)	.104 (.015)	.147 (.015)	.088 (.015)	.109 (.015)	.079 (.015)	.089 (.022)
Transportation Vehicles	.085 (.007)	.133 (.007)	.125 (.008)	.098 (.009)	.139 (.009)	.227 (.010)	.231 (.009)	.215 (.010)	.202 (.009)	.198 (.010)	.170 (.010)	.183 (.014)
Wood and Furniture	-.097 (.010)	-.147 (.011)	-.114 (.012)	-.107 (.012)	-.098 (.012)	-.141 (.013)	-.117 (.013)	-.155 (.013)	-.087 (.012)	-.056 (.012)	-.095 (.012)	-.078 (.017)
Paper, Pulp and Cardboard	-.031 (.009)	-.048 (.010)	-.019 (.011)	.013 (.010)	-.002 (.010)	-.029 (.011)	-.025 (.012)	.029 (.012)	.041 (.011)	.030 (.011)	.062 (.011)	.070 (.016)
Rubber products	.057 (.018)	.060 (.018)	-.019 (.021)	-.021 (.022)	-.011 (.019)	.002 (.023)	.030 (.023)	.062 (.023)	.089 (.023)	-.032 (.024)	.019 (.025)	.014 (.034)
Chemicals	.168 (.010)	.172 (.010)	.155 (.011)	.200 (.012)	.174 (.012)	.178 (.014)	.136 (.014)	.168 (.015)	.111 (.015)	.088 (.015)	.131 (.016)	.085 (.025)
Petrochemicals	.550 (.016)	.446 (.017)	.426 (.019)	.510 (.021)	.396 (.019)	.449 (.021)	.440 (.024)	.558 (.026)	.468 (.024)	.450 (.024)	.468 (.022)	.421 (.033)
Pharmaceuticals	.012 (.016)	.015 (.017)	.034 (.020)	.053 (.020)	.094 (.019)	.018 (.022)	.041 (.021)	.046 (.022)	.079 (.022)	.089 (.020)	.090 (.020)	.162 (.030)
Plastics	-.081 (.014)	-.071 (.015)	-.082 (.016)	-.070 (.016)	-.025 (.016)	-.086 (.018)	-.057 (.019)	-.051 (.019)	-.092 (.017)	-.098 (.017)	-.091 (.017)	-.101 (.025)
Textiles	-.079 (.011)	-.095 (.011)	-.037 (.013)	-.060 (.014)	-.077 (.013)	-.089 (.015)	-.065 (.016)	-.124 (.016)	-.117 (.016)	-.073 (.018)	-.080 (.019)	-.120 (.029)
Clothing	-.141 (.013)	-.177 (.013)	-.133 (.015)	-.155 (.015)	-.144 (.015)	-.196 (.017)	-.180 (.016)	-.210 (.016)	-.146 (.015)	-.145 (.016)	-.178 (.016)	-.159 (.024)
Footwear	-.118 (.011)	-.187 (.012)	-.165 (.013)	-.150 (.014)	-.169 (.013)	-.194 (.016)	-.117 (.015)	-.084 (.014)	-.131 (.013)	-.172 (.014)	-.161 (.014)	-.193 (.021)
Tobacco	.232 (.041)	.332 (.042)	.201 (.048)	.116 (.051)	.275 (.053)	.395 (.055)	.441 (.058)	.288 (.056)	.198 (.056)	.047 (.065)	.001 (.064)	.277 (.100)
Foods	-.197 (.008)	-.190 (.008)	-.210 (.009)	-.185 (.009)	-.167 (.008)	-.199 (.009)	-.199 (.009)	-.219 (.009)	-.190 (.009)	-.149 (.009)	-.146 (.009)	-.177 (.013)
Beverages	-.110 (.015)	-.070 (.016)	-.122 (.018)	-.138 (.019)	-.135 (.018)	-.132 (.020)	-.074 (.021)	-.023 (.021)	-.026 (.020)	-.062 (.021)	-.064 (.023)	-.060 (.032)
Standard Deviation of Industry Premiums	.135	.138	.128	.135	.127	.154	.143	.156	.133	.128	.131	.137

Note: Industry Wage premiums and their standard errors are calculated using Hainke-Denew procedure. They are all expressed as deviations from the employment weighted average wage premium.

Fonte: Pavcnik et al. (2004)